

05.fevereiro.2015 – 14h00

## RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

**Entidade:** Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP)  
Dr. Adelino Calado (Presidente da Assembleia Geral)

**Recebido por:** Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar: Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Agostinho Santa (PS) e Diana Ferreira (PCP).

**Assunto:** Indisciplina em meio escolar

**Exposição:** O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, apresentou as boas-vindas ao Dr. Adelino Calado, a quem explicitou o enquadramento em que a mesma foi agendada.

O Dr. Adelino Calado agradeceu o convite e a oportunidade de poder apresentar o contributo da ANDAEP relativamente a uma questão que muito a preocupa. Começou por afirmar que o que se passa na escola corresponde ao que se vive na sociedade e apresentou algumas situações concretas: alunos deixados na escola às 07h00, onde permanecem até às 20h00; alunos que chegam sem pequeno-almoço; pedidos regulares dos pais no sentido de a escola resolver os problemas dos respetivos educandos, por se sentirem impotentes; necessidade de a escola assegurar acompanhamento médico e psicológico aos alunos, face à indisponibilidade dos pais.

Apresentou, de seguida, um conjunto de propostas que considera importantes para a resolução do problema da indisciplina:

- Valorização urgente da função docente, que tem sido muito desacreditada pelos *media* e pelos próprios alunos;
- Maior autonomia e flexibilização das escolas na organização do grupo-turma;
- Concretização efetiva do previsto na Lei n.º 51/2012 (Estatuto do Aluno é Ética Escolar), nomeadamente no que se refere às Equipas Multidisciplinares.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) agradeceu a disponibilidade e colocou um conjunto de questões, nomeadamente sobre a forma como as escolas resolvem as situações em que as famílias não conseguem dialogar com os filhos, sobre a formação dos responsáveis de turma para lidar com situações de indisciplina, sobre a formação contínua para docentes e não docentes na área da gestão de sala de aula e do recreio e sobre a eventual relação entre o número de alunos por turma e o fenómeno da indisciplina. Terminou, afirmando que a questão da autonomia na organização das turmas seria de difícil aplicação no caso de escolas pequenas, com um número reduzido de alunos por nível.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) sublinhou a importância da escola na relação com a família e questionou se as escolas não deveriam investir mais em medidas de prevenção das situações de indisciplina. Colocou de seguida algumas questões, nomeadamente sobre se as escolas podem mesmo criar equipas multidisciplinares, como previsto no Estatuto do Aluno, e quis ainda saber se existem dados sobre quantas têm estas equipas, quantas disfarçam ter e quantas não têm. Questionou, por último, sobre a relação com a tutela, no que diz respeito a esta temática, sobre se reconhecem que existe preocupação do Ministério da Educação e Ciência neste âmbito, e ainda sobre o reforço do pessoal não docente e sobre a sua formação nesta área.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) cumprimentou o Dr. Adelino Calado e disse acompanhar algumas das preocupações apresentadas, nomeadamente no que se refere à situação económica e social das famílias e à desregulação dos horários de trabalho, que se refletem na escola. Referiu-se à desvalorização de que tem sido alvo o papel dos professores e sublinhou a importância do gabinete de integração escolar, uma proposta apresentada pelo PCP, e que foi rejeitada. Considerou fundamental o reforço do número de assistentes operacionais, do ponto de vista da contratação efetiva e, no que se refere à organização de turmas, defendeu a redução do número de alunos por turma, como forma de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Perguntou, por fim, se a criação de um gabinete de intervenção escolar e a redução do número de alunos por turma poderiam ajudar na resolução do fenómeno da indisciplina.

Respondendo às questões colocadas, o Dr. Adelino Calado considerou que a escola deveria investir mais em medidas de prevenção, o que em termos práticos não tem sido possível. Relativamente às equipas multidisciplinares, afirmou que cada escola é um caso e que a descentralização nesta área poderá ser uma boa solução. Referiu que existem gabinetes em algumas escolas, pese embora funcionem apenas com professores não especializados. Lembrou que as escolas não podem contratar professores ou técnicos, pelo que as situações que surgem vão sendo resolvidas com os meios disponíveis e através de parcerias.

Considerou que o número de alunos por turma não é relevante para a problemática da indisciplina, com exceção dos casos específicos que exigem um tratamento diferenciado. Para responder a estes casos, os diretores das escolas deveriam poder criar turmas reduzidas.

Esclareceu que têm sido facultadas ações de formação para docentes na área da indisciplina, sendo que a maioria corresponde a ações de formação contínua e pagas. Disse desconhecer se a tutela tem preocupações neste âmbito, por não existir qualquer tipo de relação a este nível.

Afirmou que, na generalidade das escolas, o rácio dos assistentes operacionais/aluno não está a ser cumprido e apresentou o caso do seu agrupamento, onde existem 9 assistentes operacionais quando deveriam existir 34. Relativamente aos Contratos Emprego Inserção, considerou que deveriam manter-se nas escolas, depois de concluído o contrato, em caso de falta de pessoal não docente.

Terminou, afirmando que a maioria das escolas ultrapassa as suas competências e as suas funções para poder responder às necessidades dos alunos e resolver situações da responsabilidade das famílias.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2015

A assessora  
*Cristina Tavares*